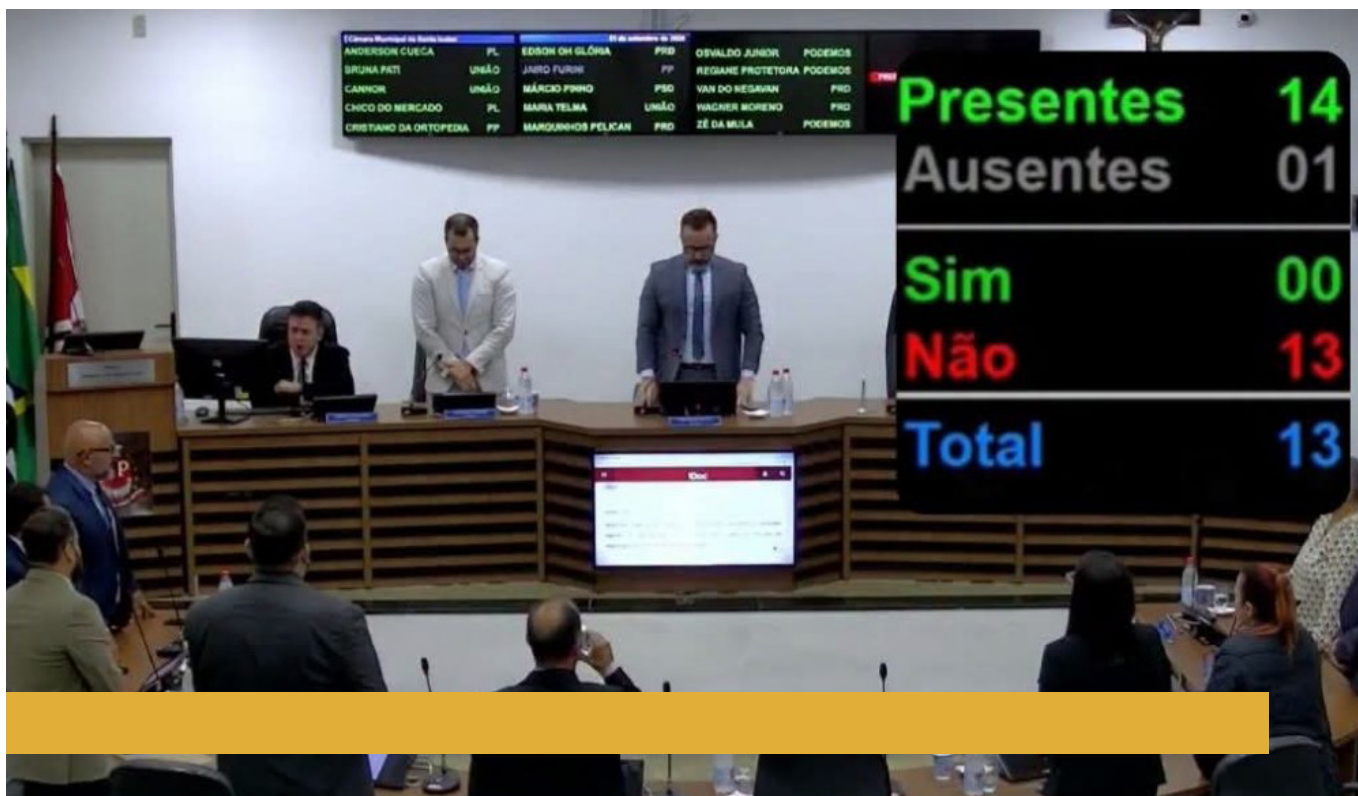




TAXA DO LIXO: QUANDO O “SIM” DE JUNHO VIROU “NÃO” EM SETEMBRO

A votação que derrubou a Taxa do Lixo também deixou uma pergunta no ar: o que mudou entre a fala de 22 de junho e o voto de 1 de setembro? A Câmara Municipal de Santa Isabel rejeitou, por unanimidade, o projeto que criava a chamada Taxa do Lixo. **Pag 04**



PONTO DE ÔNIBUS OU PONTO DE INTERROGAÇÃO?

Documento oficial da Prefeitura prevê R\$ 4,34 milhões para 100 abrigos e a conta levanta mais perguntas do que passageiros. **Pag 05**

RUA MARIA ISABEL: A OBRA QUE COMEÇOU, MAS PARECE TER ESQUECIDO DE TERMINAR

No Cruzeiro, moradores enfrentam lama, poeira, comércio prejudicado e trânsito confuso enquanto a canalização do córrego se arrasta há meses. **Pag 03**



Médico Ginecologista

Dr. Vicente José Restanho
Obstetra e Ginecologista

 **4656-7150**

Av. Guilherme Alfieri 96 - Centro- Santa Isabel



A vaginose bacteriana é uma das alterações vaginais mais comuns entre as mulheres e acontece quando ocorre um desequilíbrio entre as bactérias que normalmente vivem na vagina. Diferentemente do que muitas pessoas imaginam, não se trata simplesmente de uma infecção causada pela falta de higiene. A vagina possui uma flora natural formada por diferentes microrganismos que ajudam a proteger a região íntima. Quando esse equilíbrio é alterado, algumas bactérias podem se multiplicar em excesso, provocando sintomas e desconfortos. Um dos sinais mais característicos é o corrimento vaginal branco ou acinzentado, acompanhado de odor forte, muitas vezes semelhante ao cheiro de peixe, especialmente após a relação sexual. Algumas mulheres também podem apresentar ardência ou irritação, enquanto outras não sentem nenhum sintoma. Diversos fatores podem favorecer o desequilíbrio da flora vaginal, como o uso de duchas vaginais, relações sexuais sem preservativo, novos ou múltiplos parceiros, alterações hormonais e uso de antibióticos. É importante compreender que a vaginose não é classificada como uma infecção sexualmente transmissível, embora a atividade sexual possa influenciar seu aparecimento. O diagnóstico é realizado pelo ginecologista por meio da avaliação dos sintomas

e do exame da região íntima. Em alguns casos, pode ser necessário analisar a secreção vaginal para diferenciar a vaginose de condições semelhantes, como candidíase e tricomoníase. O tratamento geralmente é feito com antibióticos prescritos pelo médico, por via oral ou diretamente na região vaginal. É fundamental seguir corretamente o período indicado e evitar a automedicação, que pode dificultar o controle do problema e favorecer novos episódios. Quando a vaginose aparece de forma recorrente, uma nova avaliação pode ser necessária para identificar fatores associados e orientar medidas que reduzam as chances de retorno. Também é importante evitar duchas, produtos perfumados e métodos agressivos de higiene íntima. Lavar apenas a parte externa com água e produto adequado, além de utilizar roupas íntimas confortáveis, ajuda a preservar o equilíbrio da região. Corrimento com odor diferente do habitual, principalmente quando persiste ou vem acompanhado de outros sintomas, merece avaliação profissional. Nem todo corrimento representa uma doença, mas alterações persistentes não devem ser tratadas por conta própria. Conhecer o próprio corpo, observar mudanças e manter o acompanhamento ginecológico são atitudes importantes para preservar a qualidade de vida da mulher.



Uma nova cara, o mesmo compromisso

Queridos leitores, é com muita satisfação que chegamos à edição 336 da Folha de Santa Isabel, iniciando setembro com uma nova cara, um novo formato e novas ideias para melhor atender você, nosso leitor. Como dissemos no editorial anterior, tudo na vida precisa, em algum momento, passar por mudanças. E chegou a nossa vez. Até a edição 335, construímos uma história e consolidamos nosso espaço ao lado de quem nos acompanha. Agora, iniciamos uma nova etapa. Mudamos o formato, as cores, o visual e alguns procedimentos editoriais. São ajustes pensados para agilizar a informação, facilitar a leitura e tornar o jornal mais dinâmico. Mas uma coisa não muda: nosso compromisso com o leitor e com a verdade dos fatos. É justamente aqui que nosso slogan ganha significado: Folha de Santa Isabel — o jornal que faz a diferença. Fazer a diferença não é simplesmente publicar mais uma notícia. É ter coragem para perguntar quando outros preferem silenciar. É fiscalizar quando outros apenas reproduzem. É criticar quando houver motivo e reconhecer quando houver mérito. O jornalismo tem uma função fundamental: informar com

clareza, justiça, competência e responsabilidade. Infelizmente, essa essência vem sendo enfraquecida. Muitas vezes, o leitor encontra publicações mais preocupadas em preservar conveniências do que em exercer o verdadeiro papel da imprensa: questionar, investigar e cobrar respostas de quem administra o dinheiro público. Não cabe ao jornal ser porta-voz de governo, partido, político ou grupo de interesse. Nosso compromisso é com o leitor. É ele quem nos dá a liberdade e a responsabilidade de continuar. É o leitor que nos procura, envia informações, sugere pautas e confia que sua voz terá espaço. Por isso, esta nova fase não é apenas uma mudança de aparência. É a renovação de um compromisso. Queremos continuar sendo o jornal que não tem medo de fazer perguntas, que não se curva diante de conveniências e que entende que crítica também faz parte da democracia. Porque informar não é agradar. Informar é respeitar. A nova Folha de Santa Isabel chega com novas cores, novo visual e novas ideias. Mas, sobretudo, com a mesma disposição de sempre: estar ao lado do leitor. A casa mudou de roupa. O compromisso continua o mesmo. Seja bem-vindo à edição 336. Folha de Santa Isabel — o jornal que faz a diferença.

NOTÍCIA DE SANTA ISABEL

RUA MARIA ISABEL: A OBRA QUE COMEÇOU, MAS PARECE TER ESQUECIDO DE TERMINAR

No Cruzeiro, moradores enfrentam lama, poeira, comércio prejudicado e trânsito confuso enquanto a canalização do córrego se arrasta há meses. Por Folha de Santa Isabel. Em Santa Isabel, aparentemente, algumas obras públicas ganharam um novo conceito de prazo: começam quando dá e terminam quando Deus quiser. É o que acontece na Rua Maria Isabel, no bairro Cruzeiro, onde uma obra de canalização de córrego se arrasta há meses, segundo moradores que procuraram a redação para denunciar os transtornos. Com as chuvas, o local vira uma verdadeira lamaceira. Quando não chove, a poeira toma conta e, segundo comerciantes, se torna insuportável. Com a rua interditada, moradores, clientes e fornecedores enfrentam dificuldades para acessar a região. E o trânsito também ficou por conta do cidadão. O fluxo foi direcionado provisoriamente para a Rua

Francisco Pereira de Souza, mas, segundo moradores, a sinalização não acompanhou a mudança. No cruzamento próximo ao farol, motoristas precisam descobrir como fazer a conversão em direção ao Centro. É a nova modalidade de engenharia de trânsito: “interditada-se a rua e o motorista que se vire”. Dinheiro público não tem partido. Se o recurso veio da Prefeitura, do Estado, da União ou de emenda parlamentar, continua sendo dinheiro público e exige planejamento,



qualidade e fiscalização. Moradores encaminharam fotografias à redação questionando a execução e a qualidade dos serviços. A Folha de Santa Isabel pergunta: qual o valor da obra? Qual a empresa responsável? Qual o prazo de conclusão? Quanto já foi pago? Quem fiscaliza? E quando a população poderá voltar a utilizar a rua normalmente? E não é caso isolado. Na conhecida Marginal, ligação do Centro ao Portal Arujá, outra obra de canalização permanece há mais de um



ano sem conclusão, segundo relatos de moradores e usuários. Duas obras. Dois córregos. Muitos transtornos. Enquanto isso, o cidadão espera, o comerciante perde e o motorista se confunde. A Prefeitura precisa explicar o que está acontecendo, apresentar prazos e esclarecer quem está fiscalizando essas obras. Porque obra pública não pode significar transtorno permanente. Quando se trata de dinheiro público, a população não está pedindo favor. Está exigindo respeito.



POKER
PNEUS E RODAS

Mudamos para
melhor atendê-lo

✓ Local amplo, acesso fácil

✓ Mecânica

✓ Funilaria e pintura

✓ Borracharia e reformas de rodas

✓ Pneus, rodas e acessórios

✓ Solda alumínio

✓ Borracharia carro e moto



 Rua José Bueno N°44
Bairro Cruzeiro - Santa Isabel/SP

 Contato
(12) 9 8176-8881

COMERCIAL
miX
REAL

PRECISA-SE DE:

- Vendedor- atendente: (Materiais de construção c/ experiência no ramo)
- Aux. Caixa (c/ experiência e compromisso)

Enviar currículo para:
 (11) 91928-4803

Est. Monte Negro
Km 10,5 - bairro Monte Negro



NOTÍCIA DE SANTA ISABEL

TAXA DO LIXO: QUANDO O “SIM” DE JUNHO VIROU “NÃO” EM SETEMBRO

A votação que derrubou a Taxa do Lixo também deixou uma pergunta no ar: o que mudou entre a fala de 22 de junho e o voto de 1 de setembro? A Câmara Municipal de Santa Isabel rejeitou, por unanimidade, o projeto que criava a chamada Taxa do Lixo. A sessão deixou uma lição importante: quando o vereador ocupa a tribuna e explica sua posição, o eleitor tem condições de avaliar não apenas o voto, mas também os argumentos que o sustentaram. Anderson Rabelo, presidente da Câmara, Edson Oh Glória, Márcio Pinho e Wagner Moreno ocuparam a tribuna e apresentaram suas justificativas para votar contra o projeto. Pode-se concordar ou discordar dos argumentos, mas eles se expuseram publicamente e explicaram à população que acompanhava a sessão e aos internautas os

motivos de suas posições. E aí surge uma situação que merece atenção especial. No dia 22 de junho, durante entrevista ao podcast De Olho em Santa Isabel, apresentado por Leandro Silva, a vereadora Bruna do Pát, do União Brasil, foi bastante contundente ao afirmar que votaria a favor do projeto. Na ocasião, defendeu também a necessidade de aprovação da proposta para que os recursos pudessem entrar nos cofres da Prefeitura. Foi uma posição clara. Era SIM. Mas chegou o dia 1 de setembro. Na sessão que rejeitou o projeto, Bruna votou NÃO. Mudar de opinião é um direito de qualquer parlamentar. O que chama atenção, neste caso, não é simplesmente a mudança de voto, mas a ausência de uma explicação pública na tribuna sobre o que teria provocado essa mudança. A vereadora

poderia ter dito: “Em junho eu defendia a aprovação. Hoje, depois de analisar novamente a proposta, mudei de entendimento por estas razões.” Seria legítimo. Transparente. Democrático. Mas essa explicação não veio. DE JUNHO A SETEMBRO: O QUE MUDOU? O projeto mudou? Os números mudaram? A avaliação jurídica mudou? A pressão popular mudou o cenário? Ou simplesmente mudou a posição política? Não estamos afirmando qual foi a razão. Estamos perguntando. Porque vereador não deve satisfação apenas aos seus colegas de Câmara. Deve satisfação, principalmente, aos cidadãos que colocaram seu nome na urna. E há algo que a política deveria sempre levar em consideração: o eleitor tem memória. Hoje, tudo fica registrado. En-

trevistas, podcasts, sessões da Câmara, discursos e votações permanecem disponíveis na internet. E quando chegar 2028, se a vereadora ou qualquer outro parlamentar voltar a pedir votos para continuar representando Santa Isabel, o cidadão poderá fazer algo muito simples: comparar o discurso de ontem com o voto de hoje. Não se trata de dizer ao eleitor em quem votar. Trata-se de lembrar que voto não é cheque em branco. Mudar de opinião é um direito. Explicar por que mudou é uma questão de responsabilidade política. A Taxa do Lixo foi rejeitada. Mas deixou uma pergunta que não precisa ser respondida pelo jornal. Caberá ao eleitor, no momento certo, fazer sua própria avaliação. Porque, na política, às vezes o que mais fala não é o discurso. É o voto.



Folha de Santa Isabel

E. R. Denecken – ME – CNPJ 23.120.056/0001-85
Rua Monteiro Lobato, 154 – PQ. S BENEDITO – SANTA ISABEL – SP
Telefone: (11) 92640-4037 E-mail: jornalfolhadesantaisabel@gmail.com
Tiragem: 10.000 Exemplos

Diretor e Editor responsável: Eduardo R Denecken Saavedra
Colaboradores: Dr. Vicente Restanho
Fotografia: Yasmin Massena
Diretor comercial: Flávio Volvêrino
Diagramação e Arte: Stefany Denecken
Comunicação: Mateus Simas

NOTÍCIA DE SANTA ISABEL

PONTO DE ÔNIBUS OU PONTO DE INTERROGAÇÃO?

Documento oficial da Prefeitura prevê R\$ 4,34 milhões para 100 abrigos e a conta levanta mais perguntas do que passageiros. Santa Isabel tem ruas esburacadas, estradas rurais castigadas pelas chuvas, problemas de manutenção e uma população que espera não apenas pelo ônibus, mas também por soluções para os problemas básicos da cidade. Eis que surge uma prioridade classificada oficialmente como “ALTO – URGENTE”: a instalação de 100 abrigos de ônibus. Até aí, tudo muito bonito. Abrigo protege do sol, da chuva e melhora a vida de quem depende do transporte coletivo. Ninguém é contra. O problema começa quando chega a conta. A Folha de Santa Isabel recebeu um documento oficial da Prefeitura, composto por mais de uma centena de páginas, contendo edital, planilhas, especificações técnicas, documentos preparatórios e demais peças do processo. A redação analisou o material e foi justamente aí que apareceu o famoso ponto de interrogação. R\$ 4,34 MILHÕES. CEM ABRIGOS. FAÇA A CONTA. O processo prevê uma estimativa global de R\$ 4.344.136,83 para 100 abrigos. O edital deixa claro que se trata de Registro de Preços, portanto esse valor é estimado/máximo e não significa, por si só, que todo o montante já tenha sido gasto. Mas a planilha oficial apresenta um número que

chama atenção: somente a estrutura metálica completa e montada de cada módulo, com dimensões de 4 metros por 1,5 metro e 2,20 metros de altura, foi estimada em R\$ 24.700,00 por unidade. Para 100 unidades: R\$ 2.470.000,00 somente nas estruturas metálicas. E aqui começa a parte divertida, divertida, claro, para quem está apenas lendo a planilha. Diante desse número, o cidadão pode perguntar: É ponto de ônibus ou sala VIP? Calma. A Folha não está dizendo que existe irregularidade. Não está acusando superfaturamento. Não está condenando ninguém. Está perguntando. R\$ 24.700 É SÓ A ESTRUTURA. A conta não para nos R\$ 24.700. O documento acrescenta demolição, movimentação de terra, infraestrutura, bases, calçadas, acessibilidade, instalações elétricas e serviços complementares. Somados os diversos itens, o documento chega aos R\$ 4.344.136,83. Dividindo matematicamente o valor global por 100, chega-se a aproximadamente R\$ 43.441,37 por abrigo. Isso é apenas uma média matemática, não significa que cada ponto custará exatamente esse valor. E justamente por isso a pergunta fica ainda melhor: Onde estão os estudos que demonstram que essa é a conta mais econômica para o município? A ESTRUTURA DE R\$ 24.700 MERECE EXPLICAÇÃO. Na planilha, enquanto

diversos itens utilizam referências como SIURB, CDHU, SINAPI e FDE, a estrutura metálica de R\$ 24.700 por unidade aparece com a fonte identificada como “COTAÇÃO”. E aí surge outra pergunta: Quem foi consultado? Quantas empresas apresentaram orçamento? Quais foram os valores? Se existe uma explicação técnica e mercadológica sólida, excelente. Que se mostre a conta. “ALTO – URGENTE”. Outro detalhe está no próprio Documento de Formalização da Demanda. A contratação foi classificada como “ALTO – URGENTE”. Ora, se é urgente, talvez a população mereça saber: Urgente por quê? Qual estudo determinou essa urgência? Quais são os 100 locais? Existe levantamento técnico? E, principalmente: como essa urgência foi comparada com outras necessidades igualmente urgentes do município? Porque Santa Isabel não tem apenas passageiros esperando ônibus. Tem também moradores esperando asfalto, manutenção, drenagem, recuperação de estradas e soluções para problemas que se arrastam. E A CÂMARA MUNICIPAL? É aqui que entram os vereadores. A Câmara precisa fiscalizar antes, durante e depois. O Legislativo possui instrumentos para solicitar informações, documentos, ouvir responsáveis e realizar diligências. Portanto, não estamos falando de favor político.

Estamos falando de fiscalização. A FOLHA NÃO ACUSA. A FOLHA PERGUNTA. Esta matéria foi produzida a partir de documentação oficial da Prefeitura que chegou ao conhecimento da redação da Folha de Santa Isabel. Até o fechamento desta edição, a redação não dispunha de esclarecimentos oficiais adicionais da Prefeitura capazes de responder às dúvidas levantadas nesta reportagem. Por isso, não estamos afirmando que houve superfaturamento ou ilegalidade. Estamos fazendo jornalismo. E jornalismo também é pegar uma planilha oficial, olhar para um número de R\$ 24.700, olhar para um total de R\$ 4.344.136,83, olhar para 100 abrigos, e perguntar: “Senhores, expliquem essa conta.” Se estiver tudo correto, ótimo. Que se apresentem as cotações, os estudos, os critérios e os números que permitam ao cidadão entender como se chegou a esses valores. PORQUE O DINHEIRO NÃO É DA PREFEITURA. O dinheiro é público. É do cidadão que paga IPTU, ISS, taxas, impostos e demais tributos que sustentam a máquina municipal. Por isso, ninguém deveria se incomodar com perguntas. Ponto de ônibus pode até custar caro. Mas explicação deveria ser de graça. A Folha de Santa Isabel pergunta. Agora, esperamos as respostas. JFSI – informação, fiscalização e compromisso com o cidadão.



NOTÍCIA DE SANTA ISABEL

IPTU NA MIRA: DEPOIS DA TAXA DO LIXO, É HORA DE OLHAR PARA A CONTA DO CONTRIBUINTE

STF muda entendimento sobre alíquota do imposto, enquanto Santa Isabel discute revisão de sua legislação tributária. A sessão da Câmara Municipal de Santa Isabel na última terça-feira, 1º de setembro, deixou um recado importante: por unanimidade, os vereadores rejeitaram o projeto que criava a Taxa de Resíduos Sólidos, a chamada Taxa do Lixo. A proposta havia provocado grande expectativa entre os munícipes. Segundo estimativa divulgada anteriormente pelo Jornal Ouvidor, com informação atribuída ao governo municipal, a nova cobrança poderia representar cerca de R\$ 5,5 milhões por ano aos cofres públicos. A Câmara disse não. E, diante disso, a Folha de Santa Isabel entende que outra conta precisa ser colocada na mesa: quanto o município já arrecada através dos impostos que o cidadão paga? STF COLOCA O IPTU NO CENTRO DA DISCUSSÃO. O alerta chega em boa hora. O Supremo Tribunal Federal decidiu, em julgamento com repercussão geral, que os municípios não podem estabelecer uma alíquota de IPTU maior simplesmente em razão da área do imóvel. O processo nasceu de uma lei de Chapecó (SC) que estabelecia alíquota maior para imóveis residenciais com área construída igual ou superior a 400 metros quadrados. O STF considerou esse critério inconstitucional. Isso não significa que o IPTU acabou. O município continua podendo cobrar o imposto e utilizar critérios legalmente admitidos para determinar o valor venal. O que não pode é a metragem, isoladamente, servir de fundamento para uma alíquota maior. E COMO FICA SANTA ISABEL? Aqui começa a

investigação. A legislação tributária municipal tem como referência a Lei nº 535, de 1969, além das alterações posteriores e da legislação relacionada à Planta Genérica de Valores. Uma legislação que nasceu há mais de meio século. E o próprio Executivo reconhece a necessidade de rever esse sistema. Na documentação das diretrizes orçamentárias aparecem medidas relacionadas à revisão do Código Tributário, atualização da Planta Genérica de Valores, aperfeiçoamento da fiscalização e da arrecadação e correção de distorções relacionadas à progressividade do IPTU. Portanto, a pergunta é legítima: A fórmula utilizada atualmente por Santa Isabel está de acordo com o novo entendimento do STF? QUANTO O MUNICÍPIO ARRECADAR? É preciso separar previsão de arrecadação efetiva. Para 2026, o orçamento municipal estima receita total de aproximadamente R\$ 296,35 milhões. Dentro desse valor, estão previstos R\$ 69,69 milhões na categoria "Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria". Mas atenção:

esse valor não corresponde exclusivamente ao IPTU. Por isso, a população precisa conhecer os números específicos: Quanto foi efetivamente arrecadado de IPTU em 2023? Quanto entrou em 2024? Quanto foi recebido em 2025? E quanto está previsto para 2026? Também é necessário saber quanto está em dívida ativa, inadimplência, descontos e isenções. Antes de criar novas cobranças, talvez seja justo verificar quanto daquilo que já é cobrado está efetivamente chegando aos cofres municipais. E OS R\$ 50 MILHÕES? Existe ainda outro número importante. A Câmara autorizou o Executivo a contratar uma operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, pelo FINISA, de até R\$ 50 milhões. Importante: isso não significa que os R\$ 50 milhões já estejam nos cofres da Prefeitura. Trata-se de autorização para contratação, sujeita às condições da instituição financeira e às exigências legais. Temos, portanto, três números que precisam ser compreendidos pelo cidadão: os R\$ 5,5 milhões estimados com a Taxa

do Lixo, os até R\$ 50 milhões de operação de crédito e os quase R\$ 300 milhões de orçamento previsto para 2026. A FOLHA PERGUNTA. A Folha de Santa Isabel não afirma que o IPTU municipal seja ilegal. Isso exigiria uma análise individualizada da legislação e dos lançamentos. Mas o contribuinte tem direito de perguntar. Como é calculado o IPTU? A metragem interfere apenas no valor venal ou também na alíquota? Quanto o município arrecadou efetivamente nos últimos anos? Quanto espera arrecadar em 2026? Quanto está em dívida ativa? E, principalmente: ANTES DE CRIAR NOVAS TAXAS, NÃO SERIA JUSTO SABER SE O MUNICÍPIO ESTÁ ARRECADANDO E ADMINISTRANDO COM EFICIÊNCIA AQUILO QUE JÁ COBRA? A rejeição da Taxa do Lixo mostrou que o contribuinte está atento. Agora é hora de olhar também para o IPTU. Porque cobrar imposto é uma prerrogativa do município. Explicar como calcula, quanto arrecada e onde gasta é respeito ao cidadão. Quem paga a conta precisa saber para onde vai o dinheiro.



De olho
Em Santa Isabel

Podcast semanal que teremos como assunto
os acontecimentos de nossa cidade



/deolhoemsantaisabel



/deolhoemsantaisabel



POLÍTICA

OAB SE MOBILIZA NACIONALMENTE E COBRA INVESTIGAÇÃO SOBRE MENSAGENS ENVOLVENDO VORCARO E MORAES

O presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, e os presidentes das 27 seccionais da Ordem deverão manifestar ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, a preocupação da advocacia com os recentes fatos revelados envolvendo integrantes da Corte. Na reunião, marcada para o dia 9 de setembro, a OAB reiterará a defesa de uma investigação rigorosa e aprofundada dos fatos, com respeito ao devido processo legal, à ampla defesa e à presunção de inocência. Os representantes da Ordem também deverão ouvir de Fachin quais providências estão sendo adotadas diante do caso. Os presidentes das seccionais participarão da audiência e terão espaço para apresentar suas posições e preocupações ao presidente do Supremo. O encontro foi solicitado pelo próprio presidente da OAB Nacional, por telefone. Em nota divulgada no dia 1º, a entidade já havia defendido a apuração dos fatos, em relação a quem quer que seja, e manifestado preocupação com os impactos da crise sobre as instituições.





 (11) 97213-9474

Som, Iluminação, telões e montagens decorativas



FALANDO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Eduardo Denecken
Ex Pres. do Conseg
Santa Isabel - SP

Quando até a Justiça precisa prestar contas

Segurança pública não começa na viatura, na delegacia ou no policial que está na rua. Começa quando o cidadão acredita que a lei vale para todos, inclusive para quem tem o poder de interpretá-la. E é justamente essa confiança que está sendo colocada à prova. Nos últimos dias, o Brasil acompanha a divulgação de mensagens e informações extraídas do celular do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, envolvendo o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. O material registra encontros, pedidos de ajuda e referências a contratos que envolveram valores milionários com o escritório da esposa do ministro. Vamos deixar uma coisa bem clara: mensagens, suspeitas e acusações não são sentença judicial. Ninguém deve ser condenado pela manchete ou pelo tribunal das redes sociais. Mas questionamentos dessa natureza também não podem simplesmente ser tratados como fofoca. Quando surgem elementos capazes de levantar dúvidas sobre possíveis conflitos de interesse envolvendo autoridades da mais alta Corte do país, o caminho deveria ser simples: investigar, esclarecer e dar transparência. E aqui começa nossa reflexão sobre Segurança Pública. O episódio ganhou ainda mais dimensão quando o ministro André Mendonça tornou públicos elementos da investigação. Moraes reagiu acusando o colega de abuso de autoridade e pediu providências ao presidente do Supremo, Edson Fachin. A própria Polícia Federal também passou a questionar aspectos da atuação de Mendonça. E aí surge aquela pergunta que ninguém deveria ter medo de fazer: quem investiga quem? Quem fiscaliza os fiscalizadores? E, principalmente, quem fiscaliza quem fiscaliza os fiscalizadores? Por isso, quando as dúvidas chegam à porta da mais alta Corte do país, a sociedade tem todo o direito de perguntar: existem mecanismos realmente independentes para garantir que ninguém esteja acima da própria Justiça? Essa pergunta não é contra Alexandre de Moraes, André Mendonça ou Daniel Vorcaro. É a favor da Justiça. Não estamos aqui para condenar ninguém antes da conclusão das investigações. Queremos apenas aquilo que deveria ser básico em qualquer democracia: investigação séria, direito de defesa, transparência e respostas. Porque Justiça não pode ser aquela velha história de “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. A população brasileira não pode perder a fé de que, quando tudo termina, a verdade ainda tenha espaço para entrar pela porta da frente. Segurança pública também é segurança jurídica. E segurança jurídica começa por uma regra muito simples: ninguém pode estar acima da Justiça. Nem mesmo quem faz parte dela. Folha de Santa Isabel, o jornal que faz a diferença.

Fatos & Fotos



Jorge desejamos um feliz aniversário repleto de alegria, harmonia e dias cheios de esperança. JFSI.



Heitor que o aniversário seja marcado por conquistas, serenidade e momentos inesquecíveis. JFSI.



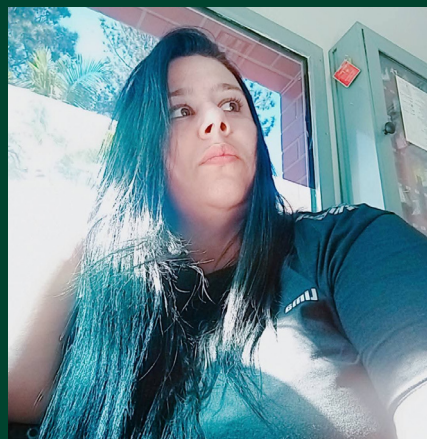
Vera celebrando mais um ano de vida, desejamos um aniversário cheio de luz e boas energias. JFSI.



Francisco que este aniversário fortaleça esperanças e abra portas para novas conquistas e alegrias. JFSI.



Sansão celebrando esta data especial, desejamos um ano inspirador, sereno e repleto de avanços. JFSI.



Prícila que este novo ciclo traga muita paz, saúde e momentos especiais ao longo da jornada. JFSI.

NOTÍCIA DE SANTA ISABEL

OBRA NA MARIA ISABEL SE ARRASTA E DEIXA MOTORISTAS À PRÓPRIA SORTE

Em Santa Isabel, algumas obras públicas parecem ter adotado um conceito diferente de prazo: começam quando dá e terminam quando Deus quiser. É o que acontece na Rua Maria Isabel, no bairro Cruzeiro, onde a canalização de um córrego se arrasta há meses, segundo moradores que procuraram a redação para reclamar dos transtornos. Com as chuvas dos últimos dias, o local virou uma verdadeira lamaceira. Quando não chove, vem a poeira, que, segundo comerciantes, se torna insuportável. Com a rua interditada, o comércio também sofre com a dificuldade de acesso. Trânsito sem orientação: onde está o Departamento de Trânsito? Outro problema grave é a falta de sinalização adequada. Com a interdição da Maria Isabel, o fluxo foi desviado provisoriamente para a Rua Francisco Pereira de Souza. Segundo moradores, porém, o Departamento de Trânsito não providenciou sinalização suficiente para orientar os motoristas no cruzamento das duas vias. O problema se agrava porque o farol existente continua orientado para o fluxo original da Maria Isabel. Com os veículos utilizando a Francisco Pereira de Souza, motoristas enfrentam dificuldades para fazer a conversão em direção ao Centro. Aqui não se trata apenas de comodidade, mas de organização e segurança viária. Cabe ao Departamento de Trânsito acompanhar as alterações

provocadas pela obra e adaptar a sinalização ao novo fluxo. A pergunta é inevitável: se a rua está interditada há meses, por que o cruzamento ainda não foi devidamente sinalizado? Interditar foi fácil. Difícil parece ter sido avisar por onde o motorista deveria passar. Dinheiro público exige respeito. Se o recurso é municipal, estadual, federal ou de emenda parlamentar, continua sendo dinheiro público. Moradores encaminharam fotografias questionando a execução e a qualidade dos serviços. Cabe aos responsáveis técnicos e órgãos fiscalizadores esclarecer. A população quer saber: qual o valor da obra, qual o prazo, quem executa, quem fiscaliza e quando a rua será liberada? E não é caso isolado. Na conhecida Marginal, ligação do Centro ao Portal Arujá, outra obra de canalização permanece há mais de um ano sem conclusão, segundo relatos de moradores e usuários. Duas obras. Dois córregos. Muitos transtornos. E a impressão é de que, em Santa Isabel, o córrego corre mais rápido que a obra. Enquanto isso, lama quando chove, poeira quando não chove e trânsito confuso o tempo todo. A Folha de Santa Isabel continuará acompanhando e cobrando respostas. Porque obra pública não pode significar transtorno permanente. A população não está pedindo favor. Está exigindo respeito, inclusive o direito de transitar com segurança.





Quando seu cliente procura sua empresa na internet, o que **ELE** encontra?

A Forma Branding cria seu site institucional completo, responsivo e de alta performance, pensado para apresentar melhor sua empresa e transformar visitas em novas oportunidades de negócio.

Fale agora com a Forma Branding.

PRONTO EM ATÉ 4 DIAS ÚTEIS.



- Design profissional
- Experiência otimizada para celular
- Alta performance
- Estrutura completa para sua empresa
- Desenvolvido para aumentar sua presença digital e ajudar você a vender mais

 **(11) 91933-1880**



ESTAMPAS

menale



DTF TÊXTIL

transforme suas ideias em realidade com cores vibrantes, alta duração e qualidade

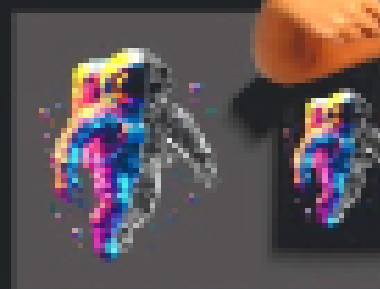
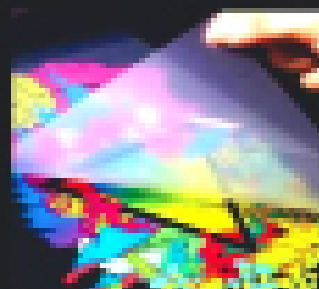


O que é DTF ?

a impressão por DTF (Direct to Film) é um método de impressão digital usado principalmente na indústria têxtil para produzir estampas em tecidos. É uma técnica semelhante à impressão por sublimação, mas em vez de usar tinta líquida, utiliza-se uma película de tinta sólida.



11 9.4011-8018



DE OLHO EM SANTA ISABEL

QUARTA-FEIRA DE OLHO, SEXTA-FEIRA NO PAPEL

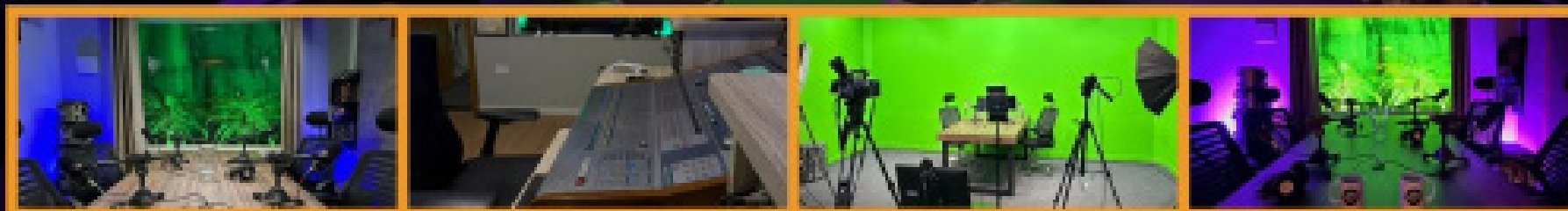
Entrevista com Wagner Moreno coloca Taxa do Lixo, empréstimo, pontos de ônibus e gestão municipal no centro do debate. Antes de falar do vereador Wagner Moreno, a Folha de Santa Isabel parabeniza o jornalista Leandro Silva, nosso colega de profissão e condutor do De Olho em Santa Isabel, pela entrevista desta semana. Logo no início do programa, Leandro elogiou o trabalho da Folha. O reconhecimento é recíproco. O jornal e o podcast têm algo em comum que merece ser valorizado: não têm rabo preso com ninguém. Um trabalha às quartas, outro às sextas. Um coloca o debate no microfone; o outro, no papel. Mas ambos procuram expor problemas, cobrar soluções e dar voz ao cidadão. Leandro ainda brincou que, de tanto o programa mencionar a Folha como patrocinadora, já estaria merecendo um churrasco. Meu amigo Leandro, o convite está aceito! É só marcar. Mas vamos ao que interessa. Wagner responde e a conta continua. Durante a entrevista, Wagner respondeu aos questionamentos de Leandro e dos internautas, inclusive explicando sua posição contrária à Taxa do Lixo. Para a redação, sua justificativa é coerente com aquilo que vem sendo manifestado pela população: o cidadão já está cansado de pagar taxas e impostos e quer saber primeiro onde está sendo aplicado o dinheiro que já arrecada o município. Mas a entrevista abriu uma questão maior. O secretário de Governo, Felipe Nabil, afirmou anteriormente que a receita municipal teria passado de aproximadamente R\$ 130 milhões para R\$ 320 milhões. Se esses números estiverem corretos, a pergunta é inevitável: Se a receita cresceu dessa maneira, por que ainda é necessário criar novas taxas e recorrer a empréstimos milionários? A mesma Câmara que agora rejeitou a Taxa do Lixo também aprovou anteriormente um empréstimo de R\$ 50 milhões. Segundo informações divulgadas por outro veículo local, a Taxa do Lixo poderia representar cerca de R\$ 5,5 milhões aos cofres municipais. Se o valor estiver correto, por que uma administração que anuncia crescimento expressivo da receita ainda precisa buscar mais dinheiro no bolso do contribuinte? A matemática, às vezes, é mais sincera que o discurso. Vanessa Senna: quando a promessa vira processo. Um dos momentos mais significativos veio através da internauta Vanessa Senna, proprietária do conhecido sítio a Granja. Segundo seu relato, um problema envolvendo um bueiro se

arrasta há mais de um ano. Promessas teriam sido feitas por diferentes setores da Prefeitura, inclusive pela Secretaria de Obras e pelo próprio Felipe Nabil. Prefeitura de um lado, Sabesp de outro, e o problema continuou. Wagner Moreno havia se colocado à disposição de Vanessa em contato telefônico realizado durante entrevista anterior. Nesta semana, porém, ela afirmou que houve uma solução provisória, mas a questão definitiva não foi resolvida. Vanessa acabou recorrendo à Justiça. E aqui está o ponto: quando um cidadão precisa esperar mais de um ano, ouvir sucessivas promessas e finalmente procurar o Judiciário, alguma coisa na máquina pública não está funcionando como deveria. A máquina que não existe. Wagner relatou também que participa frequentemente de reuniões com Alemão, servidor ligado ao setor de Obras e Manutenção, buscando soluções para problemas de bairros como Montenegro e outras regiões afastadas. O próprio relato revela dificuldades de estrutura: faltam máquinas, ferramentas e pessoal. E novamente surge a pergunta: Como uma Prefeitura que anuncia receita de aproximadamente R\$ 320 milhões pode ter uma secretaria essencial trabalhando sem estrutura suficiente? Falamos de manutenção de ruas, estradas, drenagem e serviços básicos. Os R\$ 23 milhões que continuam pedindo explicação. Outro assunto recorrente é a afirmação de que o deputado Rodrigo Gambale teria destinado aproximadamente R\$ 23 milhões em emendas para Santa Isabel. Se os recursos foram destinados, ótimo. Se chegaram, melhor ainda. Mas a pergunta da Folha continua: Onde estão? Quanto entrou? Quando entrou? Para qual finalidade? O que foi realizado? Não estamos afirmando que o dinheiro não existe. Estamos pedindo aquilo que deveria ser básico: transparência. Se o Portal da Transparência não oferece essas informações adequadamente, cabe à Prefeitura esclarecer. Propaganda é uma coisa. Prestação de contas é outra. O armamento chegou. E está com todos? Durante cerimônia oficial, o prefeito Carlos Chinchilla anunciou a entrega de armamentos à Guarda Civil Municipal. Mas chegaram à redação imagens de agentes ainda trabalhando sem armamento. A pergunta é simples: o equipamento já foi distribuído a todos os agentes que deveriam recebê-lo? Se sim, que a Prefeitura esclareça. Se não, que explique. Porque não basta fotografar a entrega. É preciso que

o equipamento esteja com o agente que está nas ruas. Pontos de ônibus: conforto ou desperdício? Outra questão já levantada pela Folha: os pontos de ônibus. Documentos analisados pelo jornal apontam para uma contratação que pode superar R\$ 4 milhões para aproximadamente 100 pontos, levando a uma estimativa superior a R\$ 40 mil por unidade, dependendo da composição final dos custos. Ninguém é contra oferecer conforto ao usuário. Mas quem perguntou à população se ela queria um ponto novo por esse preço? Uma manutenção ou reforma poderia, em determinados locais, resolver o problema por um custo muito menor. E há uma ironia difícil de ignorar: enquanto o secretário Felipe Nabil fala com orgulho do transporte gratuito, o município discute estruturas que podem custar mais de R\$ 40 mil cada. Ônibus gratuito, ponto de ônibus a preço de carro seminovo. Pode ser legal. Pode estar dentro dos procedimentos administrativos. Mas a população tem o direito de perguntar se é necessário, razoável e prioritário. E aí entra a Câmara: Cadê a fiscalização? A cidade precisa de gestão, não de maquiagem. Enquanto problemas de ruas, iluminação, trânsito, saúde e manutenção continuam chegando à redação, o discurso oficial muitas vezes apresenta uma cidade funcionando perfeitamente. Na Rua Maria Isabel, por exemplo, reclamações recentes apontaram problemas de sinalização e organização do trânsito. O problema é ter estrutura para trabalhar e entregar resultado. E os vereadores? A entrevista também mostrou a importância de os vereadores explicarem seus votos. Na votação da Taxa do Lixo,

parlamentares como Glória, Wagner Moreno e Márcio Pinho apresentaram publicamente suas posições. Mas ficou uma questão envolvendo uma vereadora que, em entrevista de 22 de julho, teria declarado ser favorável à Taxa do Lixo e posteriormente participado da votação que rejeitou a proposta. Mudar de opinião não é problema. Todo ser humano pode errar, repensar e mudar. O que faltou foi explicar ao eleitor o que mudou entre uma declaração e outra. A impressão da redação. Depois de acompanhar a entrevista e as reclamações que chegam ao jornal, a impressão da Folha é de uma Administração que precisa explicar melhor suas prioridades, seus números e seus resultados. Não afirmamos que a Prefeitura esteja tecnicamente falida. Mas existem sinais preocupantes de deficiência administrativa e operacional que não podem ser simplesmente escondidos debaixo do tapete. Porque o cidadão não vive de discurso. Ele vive a cidade. Passa pelo buraco, espera pela lâmpada, enfrenta o trânsito, procura atendimento, espera a obra e paga a conta. Por isso, parabéns novamente ao De Olho em Santa Isabel, ao jornalista Leandro Silva, ao vereador Wagner Moreno e a todos que acreditam no debate público. Leandro pergunta. Os entrevistados respondem. Os internautas questionam. A Folha analisa. E o cidadão tira suas próprias conclusões. Porque, no final, quarta-feira tem o De Olho. Sexta-feira tem a Folha. E, nos dois dias, quem precisa estar de olho é o cidadão de Santa Isabel. FOLHA DE SANTA ISABEL. O jornal que faz a diferença. E fazer a diferença é ter coragem de perguntar: Cadê o dinheiro? Quem fiscaliza? E quem paga a conta?





Gravações Áudio e Vídeo

Podcast
Streaming
Gravação Vídeo Aulas
Chroma Key

Vídeo Institucional
Pro Tools
Vmix

@estudio_takarella

(11) 94299-4495

Estúdio Takarella